

CONCLUSÕES



## Conclusões

Joaquim Azevedo\*

Muito boa tarde a todas e todos. O senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação tinha-me pedido para fazer uma síntese, umas conclusões. Digamos que foi aqui ao vivo que fui ouvindo e tentando tomar umas notas. Vou fazer uma reflexão final muito rápida.

Antes de mais queria congratular-me pelo facto de se ter realizado cá este Seminário e por se ter permitido que um conjunto de instituições, que normalmente não vai ao Conselho Nacional de Educação a Lisboa, pudessem participar numa actividade do Conselho Nacional de Educação. Considero que isso é muito útil. Estas caras não veria eu com facilidade em Lisboa, mesmo que o Seminário tivesse a mesma configuração. Portanto estas passagens pelo território também são muito importantes.

Este diálogo entre a D.<sup>a</sup> Rosa e os vereadores creio que também é sintomático da capacidade que o Conselho Nacional de Educação pode provocar de diálogo social. O facto de este Seminário ter ocorrido no contexto de uma iniciativa do Conselho Nacional de Educação e, ainda mais, no contexto de uma universidade, é sintomático de muitas coisas que estão a mudar. Estas pessoas e este tipo de diálogo não tinham lugar numa universidade. No Conselho Nacional de Educação, este diálogo já é feito há mais anos, mas não é fácil trazer estes interlocutores sociais todos ao debate. Felicito-os por isso e pela forma aguerrida como se bateram pelas ideias e pelos projectos, pois é assim que temos que fazer em todas as áreas e, em particular, na Educação.

Uma primeira nota é sobre esta questão geral de estarmos a falar de autonomia e de compromissos pela Educação – ideia que saiu muito reforçada do Debate Nacional sobre Educação. Se voltarem a ler o Relatório, na versão mais resumida, vão verificar que esta questão dos compromissos sociais pela Educação foi uma das notas mais salientes do Debate.

---

\* Conselho Nacional de Educação

É evidente que ela se relaciona com muito do que vimos (nós que passámos por muitos sítios do país), nomeadamente em muitas autarquias, mas também em associações de pais, associações culturais locais e em muitas outras instituições que nos fizeram sentir e ouvir que estão disponíveis para colaborar na Educação, querem actuar solidariamente. Alguns até dizem: “*Queremos fazer mais e não sabemos como! Digam-nos como é que podemos fazer mais.*”, nomeadamente câmaras municipais. Foi interessante, por isso, ter trazido hoje aqui duas que estão a desenvolver projectos e acções concretas.

Há cerca de uma semana participei num Encontro das Cidades Educadoras, que era sobretudo composto por vereadores de educação das cidades educadoras portuguesas e que apresentaram “n” experiências de grande envolvimento das autarquias na Educação, ao longo do país. Há novos actores que se juntam a outros mais tradicionais (ex. sindicatos) e que querem participar na construção de novos compromissos sociais pela Educação.

Ora isto põe questões delicadas àquilo que se chama hoje governabilidade ou a governança da educação. Há novas realidades, novos contextos, e isto não pode ser feito por calculismos ou por oportunismos. É, então, preciso repensar estas configurações e estes diferentes poderes, porque todos temos que ter um lugar na Educação. Todos somos poucos para a empresa que nos espera.

Isto liga-se àquele outro aspecto, muito focado hoje, de que precisamos de muito mais sociedade na Educação, para usar a expressão do António Nóvoa.

O que podemos concluir é que há cada vez mais sociedade na Educação em Portugal. Isto é um grande elemento de esperança em relação aos anos futuros. Há melhorias que têm de vir de dentro da escola: melhorias da organização pedagógica, melhorias da organização das lideranças, melhorias na participação dos pais, muitas melhorias na maneira de ensinar e de fazer aprender Matemática ou Português e, se calhar, também a Música, a Geografia e o Desenho.

Mas há muitos contributos para melhorar a Educação em Portugal que têm de vir do lado da sociedade, de diferentes actores em articulação entre si e com as escolas. Esse é um grande trabalho que temos pela frente. Há muita experiência, mas temos muito mais a fazer. A Educação em Portugal ainda é uma espécie de “*passe-vite*” em que as desigualdades sociais à partida são as desigualdades sociais à saída e essa não era a promessa da Modernidade para a escola.

Contávamos com outra capacidade da escola. Não a de combater as desigualdades, de contrariar completamente as desigualdades sociais, mas a capacidade de fazer disso um ponto de partida para trabalhar em termos educativos a promoção de todos. E isso não está a ser feito com a qualidade esperada. Só a intervenção de toda a sociedade poderá tornar isso possível.

Isso põe problemas de governança da Educação completamente novos e, portanto, novos papéis: o papel do Ministério, o papel dos serviços centrais, dos serviços regionais, das escolas, a articulação das escolas com outros actores, a própria negociação do Ministério da Educação com a Associação de Municípios. Tudo isto são novos elementos que complexificam a relação escola-comunidade, mas que lhe dão muito mais espessura e valor e abrem campos novos muito mais estimulantes e portadores de muita esperança.

Depois, queria respigar aqui também aquela perspectiva que o Professor Sérgio Machado dos Santos nos trouxe de manhã, de que a autonomia do ensino superior dá lições. E ele apontou (sublinho aqui) boas notas que podemos tomar em relação à autonomia em todo o Sistema Educativo português e que se prendem também com essa questão geral da governança que é a da insuficiência da auto-regulação. Isto é uma grande interrogação também para as escolas do ensino básico e secundário, a deficiente articulação com a sociedade, com o território local e, também, com o global, porque as escolas hoje estão intimamente influenciadas pelo local e pelo global. Ao lermos os relatórios do PISA e ao sermos condicionados por isso na actividade escolar, é o global que está a influenciar a sala de

aula e a escola, passando por cima do nacional. Temos que começar a introduzir nas nossas análises não só o local, mas também o global.

Ouvi dizer que não houve contratos de desenvolvimento. É um bom elemento de reflexão para quem está a celebrar contratos de autonomia, embora eles agora tenham a componente de desenvolvimento. É preciso ver como é que isso vai ser feito e com que estratégias.

Deixava aqui uma nota: era preciso muito maior determinação das escolas, neste caso das universidades e das escolas, porque, na dúvida ou no vazio, é a recentralização que se faz – o poder central toma conta imediatamente do vazio ou, havendo alguma dúvida, é o poder central que recentraliza.

Creio que vale a pena continuar a reflectir sobre a questão de que só uma forte cultura que olhe a Educação pela positiva, de que só uma forte cultura de avaliação (de avaliação permanente), de execução de planos de melhoria e de avaliação do que se está a fazer e do voltar a fazer e ainda melhor, esta capacidade de nos conhecermos melhor e de melhorarmos permanentemente a qualidade do que fazemos, nos vai permitir melhorar a Educação.

A outra nota é sobre o que é o local, em Educação. Como é que se fortalece a presença da sociedade na Educação? Tivemos aqui vários exemplos. Focamos em particular os pais (a presença dos pais), as autarquias, as associações culturais, muitas outras instituições que podem ter um papel educativo activo, que podem (como eu dizia há bocado) fortalecer e muito aquilo que é a inclusão social da escola e a participação da sociedade na Educação.

Porque, como dizia o Professor Joaquim Machado, “*o pior seria que o local se fechasse no institucional*”. De facto, esse é um risco que corremos, nomeadamente, não só com todos os contratos de autonomia, com o modelo de autonomia, em geral.

Em relação ao futuro, sublinho cinco ideias e assim termino.

Uma primeira que também vinha da parte da manhã: promover a articulação entre escolas. De facto, seguimos muito a cultura da verticalidade, aqui entendida no sentido da dependência vertical de departamentos, dos vários departamentos da administração. O território local até é visto como se fosse um conjunto de prédios, aqueles prédios de Nova York uns ao lado dos outros, esguios, que não se tocam. Quando se olha para um território, assemelha-se um pouco a dizer: aqui estão os técnicos do Ministério do Trabalho, ali estão os técnicos do Ministério da Segurança Social, ali estão os da Justiça, mas não se trabalha no território, uns com os outros. E cada um coloca as questões sempre à consideração superior, na lógica vertical. Daí a importância da ideia da articulação. Já se vê isso nas CPCJ's, isso já existe em muitas outras dinâmicas, nas redes sociais, mas é muito importante reforçar esta ideia de que também as escolas deviam trabalhar em rede entre elas e com outras instituições de cada comunidade. E em rede, nomeadamente, não com os agrupamentos, mas dentro dos agrupamentos.

Uma outra ideia prende-se com a inovação. Como é que podemos gerar e sustentar dinâmicas de inovação nas escolas, que permitam mantê-las e, como dizia o João Paulo Mineiro de manhã, sem pressa ir inovando, ir avaliando e pensando soluções novas? Creio que há uma necessidade muito grande de inovação, creio que isso ficou patente... Somos, citando o Professor Júlio Pedrosa na sua intervenção desta manhã, *“muito bons a generalizar inovações, mas não somos muito bons a generalizar capacidade de inovação”*. Portanto, considero que esta é uma outra questão central.

É a capacitação institucional, também focada na intervenção do nosso colega de Aveiro – Prof. Carlos Rodrigues, uma questão crucial. De facto, temos instituições muito débeis. As escolas, em si mesmas, são instituições muito débeis, têm sobretudo alunos e professores. É uma relação que tem muito que ver com a transmissão dessa herança cultural, portanto ela é em si mesma e à partida uma instituição débil. Fortalecemo-la ao longo de muitos anos, mas temos que a capacitar muito mais, e capacitá-la nessa relação horizontal com outros actores sociais e promovendo essa capacitação institucional ao mesmo tempo, envolvendo professores, pais,

autarquias, outros parceiros sociais da comunidade. Esta capacitação é decisiva para a questão da sustentabilidade e da inovação, porque de outro modo as inovações aparecem de fora. É sempre a mesma lógica, *top-down*, a fórmula que alguém inventa na 5 de Outubro e que depois aplica da mesma forma em todo o país. Assim é há muitos anos e não creio que vá mudar tão depressa.

Era muito importante que um movimento ao contrário existisse. Não numa lógica de “vamos tomar o poder”, não é nesse sentido, mas é numa lógica de “vamos, em termos locais, reforçar a nossa capacidade institucional”. E isso é fundamental para sustentar a inovação, senão estas inovações que fazemos são fogachos (também como o são muitas das medidas que vêm da 5 de Outubro) que iluminam, desaparecem e vem a noite de novo.

Outra questão é a da mediação social e educacional na escola. Os professores podem e devem ser apoiados por mediadores sociais, familiares ou empresariais, que devem trabalhar na e com a comunidade. Por exemplo, na prevenção do abandono escolar existem os mediadores de aprendizagem no *Projecto Trofa Comunidade de Aprendentes*, que a Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica está a desenvolver com o Município da Trofa. Como quer que seja, tudo isto é para se discutir e aprofundar.

Parece-me que há um elemento novo que começa a ganhar força na sociedade portuguesa e que pode ser altamente enriquecedor, por exemplo, o da participação dos pais, da inclusão dos pais dentro da escola. Temos experiências que nos dizem isso, que os mediadores podem ser muito importantes no sentido de fortalecer esta perspectiva da sociedade educativa, da sociedade do conhecimento para que hoje as sociedades apontam, porque se faz e refaz essa ponte entre “o dentro” e “o fora” da escola.

Finalmente, esta ideia de que ao falarmos de autonomia, ao estarmos aqui a falar tanto de autonomia e de compromissos, estamos a falar (por outras palavras) de mais participação, de mais democracia, de



mais liberdade e de mais igualdade. É disso que estamos a falar, porque são valores centrais para o desenvolvimento das nossas sociedades que estão subjacentes a este enfatizar de coisas que parecem muito técnicas. Subjacente a tudo isto, a estas experiências que nos foram aqui relatadas e às reflexões que nos foram transmitidas, está claramente esta perspectiva do reforço da participação, da democracia, da igualdade e da liberdade.

Creio que isso também é um bom sintoma, o de que estamos a trabalhar numa perspectiva que nos permite construir um futuro muito melhor.



**Conselho Nacional de Educação**

Rua Florbela Espanca

1700-195 Lisboa  
Portugal

**[www.cnedu.pt](http://www.cnedu.pt)**

[cnedu@mail.telepac.pt](mailto:cnedu@mail.telepac.pt)

tel.: + 351 21 793 52 45

fax: + 351 21 797 90 93